

Fiscais derrubam lojas

Tarciano Ricarto

Da equipe do **Correio**

Dois lojas da comercial da 404/405 Sul foram parcialmente derrubadas ontem. Na quadra 404, uma equipe de 28 pessoas sob comando da Administração de Brasília levou quatro horas para transformar em um amontoado de ferro, madeira e tijolo o que vinha sendo construído há quase um ano. O motivo da demolição foi o avanço irregular sobre 140m² de área pública. Antes de fechar para construção, funcionava no local o bar e restaurante Times.

Do outro lado da rua, na comercial da 405 Sul, os fiscais desobstruíram o acesso entre a quadra residencial e a comercial. O

espaço é alugado e, no local, funciona o bar CaféGrafia. A inquilina da loja, Laura Cavalheiro, foi notificada na última segunda-feira para desocupar, em 24 horas, a área invadida.

"A notificação só chegou a minhas mãos na terça. Ontem, estava passando um fax para o proprietário da loja, comunicando o fato, quando fui avisada de que a demolição já estava acontecendo", diz Laura. O proprietário tinha permissão para ocupar parte da área pública, mas, segundo o administrador de Brasília, ele excedeu o limite.

O problema das invasões nas comerciais do Plano Piloto é antigo, e várias tentativas de solucioná-lo não saíram do papel.

Estudo elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, mostra que 52% dos comércios locais da Asa Sul e 22%, na Asa Norte, invadiram terreno público. Na Asa Sul, 75% das ocupações irregulares são construções de um pavimento. Na Norte, 76% das irregularidades se caracterizam pela instalação de toldos fixos.

No mesmo estudo, o Iphan sugere uma espécie de invasão padronizada como forma de solucionar o problema. Seria uma maneira de adequar as invasões ao tombamento da cidade. Segundo técnicos do Iphan, isso se-



Ricardo Borb

CAFÉGRAFIA TEVE A PARTE EXTERNA DERRUBADA: CONSTRUÇÃO ALÉM DO LIMITE

ria possível com um avanço máximo de quatro metros das lojas sobre a área pública.

Essa alternativa, argumentam os técnicos, não comprometeria o patrimônio: a relação entre al-

tura e largura das lojas seria mantida, o cinturão verde ao redor da superquadra permaneceria inalterado e, de certa forma, o clamor dos comerciantes por mais espaço seria atendido.